



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE JUNHO DE 2000

*Meu caro Ministro e amigo Raul Jungmann; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Doutor Geraldo Brindeiro; Senadores; Deputados; Altos funcionários; Representantes de associações de classe; Senhoras e Senhores,*

Eu tinha combinado com o Ministro Raul Jungmann outra coisa. Tinha dito a ele que ele falaria, hoje, por mim, que não iria falar. Ele fez a brincadeira com *fleuve*, interpretou à moda dele o que quer dizer *fleuve*, como se fosse correr assim, fácil. Não é, não, é inundar, é falar de todos os assuntos. E falou de todos os assuntos e ainda pediu que eu falasse também.

De modo que é – vocês me desculpem, agora, o latim – *bis in idem*. Eu teria que repetir o que ele disse. E não é necessário. Ele já mostrou, da maneira mais eloqüente possível o que está sendo feito aqui, hoje. O significado, primeiro, dessa questão da regularização das terras, que é tão importante quanto o próprio fato do assentamento.

O Ministro Raul Jungmann disse, em poucas palavras, que – vou usar uma expressão popular – havia uma grande bagunça no Brasil, em ma-

téria de propriedade de terra. E nós estamos regularizando a propriedade da terra. Com isso estamos, também, derrubando proprietários que não existem e que entram nos censos e aumentam o coeficiente de concentração da terra no Brasil. Porque levo a sério a existência de latifúndios que são de, como disse o poeta, “fazendeiros do ar”. Não têm terra nenhuma. Têm títulos nos cartórios que, eventualmente, foram obtidos sabe Deus como e vendem depois e criam problemas mais adiante. Isso está sendo regularizado. Obviamente, com respeito ao devido processo legal. Há alguns que são proprietários, que terão que ter seus títulos, então, regularizados. E isso é muito importante.

O outro ponto, ele já mencionou, também, é a questão relativa a que não é possível criar-se uma máquina permanente, de alguma forma criar uma espécie de clientela rural do Estado, ou seja, de assentamentos que não se emancipam e que não têm a sua condição de existência própria, para ter a capacidade de uma economia familiar. Nós estamos apoiando, e fortemente, nesse chamado “Novo Mundo Rural”, a economia de base familiar, que vai ser tratada como uma unidade de produção e não como uma unidade, simplesmente, de perpetuação de recursos do Estado, para se manter pessoas que não têm capacidade de produzir no campo, porque isso tem limite. E porque, também, não é saudável, nem para essas próprias pessoas, além das explorações políticas que passam a ocorrer, em função de uma espécie de processo – aí sim – *fleuve*, também, no seu sentido, que corre sem parar, na direção de que quer, cada vez, mais recursos, cada vez mais recursos para cada vez menos resultado.

E os nossos agricultores não merecem isso. Eles são diferentes, eles produzem. Temos que premiar, por exemplo, a economia familiar, porque está produzindo. E aqui temos exemplos. É tanto título de propriedade a ser atribuído àqueles que, legitimamente, o possuem, que, aqui, foi apenas um gesto simbólico, porque nós vamos utilizar os Correios para fazer a entrega de títulos.

Outro dia, um experiente político me disse: “Mas que loucura, você tem que dar de um por um, para chamar a atenção para o

fato.” Isso é mentalidade antiga. Primeiro porque, antigamente, se fazia muito pouco e, segundo, porque as pessoas querem “capitalizar”, tirar proveito. Não quero tirar proveito de ninguém. Quero que o Brasil avance, quero que os que têm direito a ter títulos de propriedade que obtenham o título de propriedade. Não precisa que o Presidente dê o título, nem o Ministro, nem ninguém, nem o Governador. Não precisa. O que é preciso é que, realmente, recebam esse título, através dos Correios ou de quem seja. E, depois, que eles tenham, efetivamente, o apoio para produzir.

O Ministro Raul me disse ali, de passagem, que ele havia citado alguns dos que cooperam com esse programa, citou o Doutor Byron Queiroz, que é Presidente do Banco do Nordeste. Mas, depois, quando ele se sentou, ele olhou para a cara do Presidente do Banco do Brasil e já ficou assustado: “Ih, ele não vai dar mais dinheiro para a reforma agrária, porque eu não o citei.” O Banco do Brasil também faz parte desse processo. E tem o Sebrae, que também é cioso do que faz, que está aqui pelo Doutor Sérgio Moreira, também. De modo que há muitas outras pessoas que estão envolvidas nesse processo, e é assim mesmo. No mundo de hoje, temos que envolver muitas instituições para que os programas, os mais simples que sejam, funcionem.

De qualquer forma, é apenas para chamar a atenção para o fato de que estamos dando título de propriedade àqueles que já detêm essa propriedade há muito tempo e que nós temos certeza de que, crescentemente, vão ser produtores rurais e não, simplesmente, pessoas que dependem do Estado para sobreviver. Haverá um apoio para que eles se transformem, efetivamente, em proprietários rurais.

O outro ato que aqui foi, simbolicamente, feito pelo Ministro Raul diz respeito a algo tão importante quanto, que é ter as crianças na escola. Nesse programa de financiamento há o que, na linguagem tradicional, se chama de rebate. Há fortes rebates nas dívidas, se as crianças das famílias estão nas escolas. E assistimos, aqui, um desses atos em que, através de um carnê – que não está presente aqui mas que haverá –, as pessoas que têm crianças nas escolas vão ter uma redução nos seus compromissos para o pagamento das suas dívidas

para com o Estado, que também diz respeito, portanto, à preparação do futuro.

Por fim, apenas bordando aquilo que o Ministro já mostrou aqui, há algo mais importante, que é a reforma do Incra, nos moldes em que foi feito, que é uma transformação revolucionária. Em vez de estarmos submetendo a seleção das pessoas do Incra a processos, que são normais ou eram normais, mas que implicam influências não necessariamente negativas, mas de disputas em função, às vezes, de grupos – quem domina tal setor –, vai ser uma seleção e um contrato de gestão de trabalho.

Isso é novo. Não sei que resultados vai dar. Nunca se sabe, quando se inova. Mas é novo e é no sentido de melhorar o desempenho e ter critérios objetivos para aqueles que são selecionados para essa função. Eles são selecionados por um certo período de tempo. Não é um emprego fixo. É alguma coisa que depende do seu desempenho e que, portanto, introduz um ingrediente de objetividade, de competência e, depois também, mais tarde, de avaliação dessa competência, de tal maneira que isso muda, no decorrer do tempo naturalmente, o caráter do Incra.

Quisera eu que pudéssemos – e, certamente, o faremos – adotar esse sistema em outras agências do governo brasileiro, especialmente as agências que têm contato direto com o público na atenção dos programas sociais, e que possamos, efetivamente, reduzir – reduzir, não –, aumentar a influência política no bom sentido ou discutir quais são as políticas e se aqueles que estão desempenhando aqueles papéis estão ou não cumprindo as políticas, que são as políticas propostas. Portanto, os parlamentares vão estar mais responsabilizados pelas políticas – e o Governo, também – porque vão estar até com mais objetividade e maior capacidade de cobrança do que, simplesmente, sabendo se o meu afilhado está lá ou não está lá, porque isso é o passado. Não vai poder se perpetuar. É questão de tempo. Isso vai se extinguindo como forma possível de ser absorvido pela sociedade brasileira, que não aceita mais esse tipo de procedimento.

Claro que isso não se faz do dia para a noite. Claro que isso não se faz de uma maneira ingênua. Mas é preciso que haja mecanismos do tipo dos que foram introduzidos no Incra, que acho que são absolutamente fundamentais para essa renovação também das práticas administrativas no Brasil, e complementá-las com o que disse o Ministro: que todos os funcionários do Incra têm seus impostos de renda na Internet e têm a declaração de quebra de sigilo bancário à disposição, ou seja, transparência maior é impossível. Talvez até, não fosse o grau de prevaricações havidas no Brasil, isso nem fosse necessário. O pressuposto em uma sociedade normal é o de que o funcionário é correto. Mas, tendo havido tanta incorreção, isso nos obriga, agora, a ter atitudes de extracorreção e quebrar até sigilos que, normalmente, não precisariam ser quebrados, porque se partiria do pressuposto que só se quebra o daquele que desviou. Aqui, estamos fazendo o oposto: os que não têm nada a temer se antecipam e dizem: “Olhem aqui, eis aqui as minhas contas.” Acho também que é um gesto simbólico importante.

De modo que, apesar de ter dito que falaria muito pouco e que não faria eu também um discurso *fleuve* – não cheguei a fazê-lo –, mas fiz um discurso afluyente do grande rio, que é o Ministro Jungmann. E, ao chamá-lo de grande rio, não é para recordar a pororoca, não. É para dizer que, efetivamente, para poder ter feito tantas transformações na questão agrária no Brasil, na questão da reforma agrária, na questão da gestão, na questão da conscientização do país nessa matéria, precisaria ter um Ministro com a fibra, com o entusiasmo, com a capacidade vocal e com a integridade do Ministro Jungmann. Ele, juntamente com as famílias que aqui estiveram hoje para receber, simbolicamente, seus títulos, são, realmente, os donos da nossa festa de hoje.

Muito obrigado.